

REQUERIMENTO Nº 088/2020

Senhor Presidente,

Considerando a situação extraordinária decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), onde reconhecemos todas as medidas sanitárias e de saúde pública adotadas pelos entes da Federação e em especial às medidas adotadas no âmbito do território do Município de Adamantina, tecnicamente discutidas no âmbito do Comitê de Contingenciamento, instância multissetorial com o objetivo de coordenar as ações contra a propagação do Covid-19, no âmbito local e a interlocução das medidas domésticas com as demais localidades do entorno e poderes do Estado e União;

Considerando todos os impactos globais e sobretudo locais à economia, à atividade produtiva e em especial à atividade comercial em Adamantina e de serviços em Adamantina, que correspondem juntas por 72,13% na oferta dos empregos formais da cidade, e que são diretamente atingidas com as medidas restritivas, como abaixo descritos, conforme dados do Perfil dos Municípios Paulistas da SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados):

Participação dos Empregos Formais (2018)	
Percentual	Onde estão
44,44%	Serviços
27,69%	Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas
17,78 %	Indústria
6,63 %	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura
3,47%	Construção

Fonte: Perfil dos Municípios Paulistas (SEADE)

Disponível em <https://perfil.seade.gov.br/?#>

Considerando a presença de 1.856 empresas na cidade, das quais 1.765 são elencadas como atuantes, e que empregam 12.242 trabalhadores, segundo dados do Cadastro Central de Empresas, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), conforme segue:

Cadastro Central Empresas (2017)	
Descrição	Indicadores
Unidades locais	1.856
Número de empresas atuantes	1.765
Pessoal ocupado	12.242
Pessoal ocupado assalariado	10.054
Salário médio mensal	R\$ 2.100,00

Fonte: IBGE

Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/adamantina/pesquisa/38/46996>

Considerando as manifestações públicas noticiadas pela empresa e também oficializadas ao poder público pelos órgãos que representam os setores econômicos do comércio e de serviços, entre outros, liderados pelo Sincomércio Nova Alta Paulista (Sindicato Patronal do Comércio Varejista) e ACE (Associação Comercial e Empresarial de Adamantina), onde requerem a prorrogação dos pagamentos dos seguintes encargos: IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ISS (Imposto Sobre Serviços), parcelamentos ativos de dívidas tributárias, taxa de licença, parcelamentos em cursos, ITBI (Impostos de Transmissão de Bens Imóveis) e cobranças judiciais, entre outros;

Considerando os riscos de desemprego e até mesmo o fechamento de empresas, cujo capital de giro e outras eventuais reservas são limitadas e incapazes de garantir a sobrevivência das atividades e a manutenção dos postos de trabalho;

Considerando a pesquisa “As finanças dos pequenos negócios paulistas em tempos de coronavírus”, realizada pelo Sebrae/SP entre os dias 27 e 29 de março, sendo ouvidos 2.696 donos de pequenos negócios paulistas, onde foi possível extrair que:

- | |
|--|
| A - Os Microempreendedores Individuais (MEIs) têm apenas oito dias, em média, de caixa para pagar seus compromissos financeiros; |
| B - 95% das empresas registraram queda de vendas desde que a crise do coronavírus começou; |
| C - 39,8% espera uma ajuda do governo para pagarem suas dívidas. |

Fonte: Sebrae/SP

Disponível em <http://www.sp.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/SP/meis-serao-os-primeiros-a-zerar-o-caixa-aponta-pesquisa,3222f19dc7141710VgnVCM1000004c00210aRCRD>

Considerando que a Fecomércio SP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) pleiteia a ao Poder Público um plano pós-quarentena claro, urgente e estratégico que traga perspectivas para o empresário durante e após o período de quarentena, bem como um plano de retomada das atividades presenciais das empresas.

E considerando a sensibilização institucional do Poder Legislativo de Adamantina face ao cenário de extrema preocupação, incertezas e angústias entre o empresariado local, prestadores de serviços, microempreendedores individuais e trabalhadores empregados nos diversos setores da cadeia produtiva local, sobretudo nos setores do Comércio e Serviços.

REQUEREMOS:

I – Que seja instituído um Comitê Econômico local, com a participação de representantes dos poderes Executivo e Legislativo, do Sincomércio, da Associação Comercial e Empresarial, das instituições de ensino superior UniFAI e FATEC, entre outros, para o desenvolvimento, desde já, de estratégias e ações a curto e médio prazo que permitam suporte

extraordinário à atividade econômica da cidade, dentro da capacidade, autonomia e competências do poder público local.

II – Sobre a possibilidade requerida, solicitamos manifestação da esta Casa de Leis.

Plenário Vereador José Ikeda, 06 de abril de 2020.

EDER DO NASCIMENTO RUETE

Vereador

ACÁCIO ROCHA PEREZ GUERRERO

Vereador

AGUINALDO PIRES GALVÃO

Vereador

ALCIO ROBERTO IKEDA JÚNIOR

Vereador

EDUARDO RODRIGUES FIORILLO

Vereador

HÉLIO JOSÉ DOS SANTOS

Vereador

JOÃO DAVOLI

Vereador

MARIA DE LOURDES SANTOS GIL

Vereadora

PAULO CÉSAR C. DE OLIVEIRA

Vereador